

# **REFLEXÕES SOBRE AS INDICAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Maria Helena da Silva<sup>1</sup>  
Simone de Fátima Flach<sup>2</sup>

## **Introdução**

O presente texto apresenta reflexões parciais sobre pesquisa em andamento, a qual tem por tema as determinações do Banco Mundial para a infância e seus impactos na política educacional brasileira. Para tanto, a pesquisa tem por objetivo analisar as indicações do Banco Mundial para a primeira infância, de forma a identificar em que medida suas orientações têm influenciado no processo de formação da criança no Brasil. Pretende-se contribuir para ampliação do debate acerca da qualidade da educação ofertada para as crianças de 0 a 5 anos.

Os procedimentos investigativos em curso estão centrados em levantamento bibliográfico e documental, a respeito dos encaminhamentos do Banco Mundial para a primeira infância. Em que pese os encaminhamentos do organismo serem complexos, defende-se que as políticas educacionais devem ser voltadas para o desenvolvimento e formação ampla da criança, visto que, se estas não oferecerem o saber mais elaborado e desenvolvido, muito provavelmente, a criança, futuro jovem e adulto, terá sua educação reduzida e prejudicada, sendo fadada à subserviência ao mercado.

## **Fundamentos epistemológicos e teóricos que orientam a pesquisa**

Para alcançar os objetivos pretendidos, a pesquisa tem como estofo metodológico de análise o materialismo histórico-dialético. Partindo desse pressuposto compreendemos que ao pesquisador cabe a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito da pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (Netto 2011, p. 21). Sob esse olhar, a investigação não pode estar

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. E-mail: [mariahelena14@hotmail.com](mailto:mariahelena14@hotmail.com) .

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. E-mail: [eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br) .

dissociada da realidade concreta do sujeito pesquisador, pois o objeto a ser descortinado está em permanente relação com a forma em que a sociedade está organizada.

As relações sociais no capitalismo têm sido mediadas pelas mercadorias. E a educação, em todos seus níveis também incorpora essa categoria, se configurado como um campo de disputas e correlação de forças. Nesta forma de sociabilidade, tornar a educação uma mercadoria é uma necessidade do capital com vista à obtenção o lucro. No atual estágio de expansão do capitalismo, o Estado brasileiro adota um novo papel no trato com as políticas educacionais, influenciado por políticas neoliberais ditadas pelos organismos internacionais. Flach e Caldas (2016, p. 207) anunciam que

As políticas educacionais estão ancoradas em um arcabouço ideológico indicado por orientações externas, mas não se desvinculam também dos interesses internos. Por isso, os interesses e compromissos que orientam as ações governamentais para a garantia do direito à educação não são homogêneos e verdadeiramente ligados às necessidades da maioria da população, mas expressam o movimento contraditório do contexto histórico, social, econômico e político de determinada época.

Nessa perspectiva, a Educação Infantil tem sido requerida com destaque nas agendas internacionais. Estudiosos têm apontado a necessidade de investigar sobre como os organismos internacionais vem propondo intervenções no desenvolvimento da primeira infância com vista a preparar a criança desde a mais tenra idade para que “na fase adulta, elas possam inserir-se no mercado de trabalho e produzir satisfatoriamente, reduzindo gastos financeiros futuros com educação e saúde” (MARQUEZ, 2009, p. 2).

Para os organismos internacionais, a primeira infância é entendida como momento apropriado para intervenções, pois compreendem que as “janelas de oportunidades” acontecem nesse período, e são “consideradas maleáveis e suscetíveis a influência externa. O argumento de que o cérebro se desenvolve com mais intensidade nos primeiros anos de vida faz com que qualquer programa que vise ao desenvolvimento cerebral seja avaliado positivamente” (Penn, 2002, p.9).

Nessa lógica, “reforça a ideia de criança como organismo em formação, que se desenvolve em etapas, obedecendo a uma organização cronológica, aspectos há muito tempo refutados nos estudos da Psicologia” (Campos 2020, p. 16). Defendemos que o desenvolvimento infantil não pode ser reduzido aos aspectos cognitivos, visto que o desenvolvimento ocorre no conjunto das relações sociais, sendo histórico e cultural. (Tunes; Prestes, 2018).

De acordo com as indicações do Banco Mundial, os programas e serviços de desenvolvimento da primeira infância pode ser uma forte arma contra a pobreza bem como construir o capital humano do futuro. Para tanto, indica que as intervenções devem incluir “creches, pré-escolas, visitas domiciliares por profissionais treinados, serviços de saúde e nutrição e educação dos pais” (Banco Mundial 2001, p. 8). Essa indicação revela que a educação da primeira infância ainda está vinculada a ações compensatórias e assistencialistas, sendo deslocada da área da educação para a de assistência social, tanto aspecto pedagógico como no político, subsidiando a infância por intermédio de benefícios sociais.

Essa tendência de programas de educação compensatória<sup>3</sup> vem de um contexto internacional e recebe fortes críticas tanto de teóricos que se debruçam a estudar a educação infantil quanto dos resultados insatisfatórios (Kramer, 1995). Kuhlmann Jr. (2007) também sinaliza o caráter compensatório e assistencialista para a educação na primeira infância. Para o autor, o assistencialismo “foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para não só a submissão das famílias, mas também das crianças das classes pobres” (Kuhlmann Jr., 2007, p. 166).

Os relatórios produzidos pelos organismos internacionais apresentam orientações aos países em desenvolvimento que adotem programas e projetos de baixo custo para as crianças e suas famílias. No contexto da América Latina, de modo especial no Brasil, inferimos o quanto a educação infantil em espaços escolares encontra-se em ameaça. Percebemos que as políticas educacionais voltadas para a primeira infância, principalmente para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos se volta para a área da assistência social, com o foco nas famílias.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento se propõe a responder a problemática sobre como as orientações do Banco Mundial influenciam na compreensão do que se espera com a formação da criança no Brasil. Essa compreensão pode colaborar para o aprofundamento de estudos que versam sobre as influências do Banco mundial para as políticas educacionais nas regiões geopolíticas da América Latina.

---

<sup>3</sup> Conforme Kramer (1995, p. 32), os programas compensatórios estão balizados na perspectiva da privação cultural. Essa abordagem se “apoia no seguinte quadro conceitual: as crianças das classes populares fracassam porque apresentam ‘desvantagens sócios-culturais’, ou seja, carência de ordem social. Tais desvantagens são perturbações, ora de ordem intelectual ou linguística, ora de ordem afetiva: em ambos os casos, as crianças apresentam ‘insuficiências’ que é necessário compensar através de métodos pedagógicos adequados, se se quer diminuir a diferença entre essas crianças ‘desfavoráveis’ e as demais, na área do desempenho escolar. A ideia básica é a de através da intervenção precoce, reduzir ou eliminar as desvantagens educacionais” (Kramer, 1995. P. 32).

## Considerações Finais

Compreendendo que este estudo não é conclusivo, as análises parciais indicam que há necessidade de análise crítica das propositivas do Banco Mundial para que a discussão sobre o desenvolvimento da primeira infância em países não desenvolvidos possa avançar e contribuir para transformações qualitativas, tanto nas políticas quanto na formação das crianças.

Em caráter provisório é possível indicar que a análise documental, em consonância com o método adotado, permite analisar, comparar dados e propor alternativas para o atendimento educacional na primeira infância. Nesse sentido, a pesquisa poderá desvelar os verdadeiros interesses que permeiam os documentos do Banco Mundial e contribuir para uma compreensão mais ampla da realidade.

## Referências

BANCO MUNDIAL. **Brasil: desenvolvimento da primeira infância: foco sobre o impacto das pré-escolas**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2001. 62 p.

CAMPOS, R. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15445>. Acesso em: 4 Jan. de 2025

FLACH, S. de F.; CALDAS, J. de F. **A garantia do direito à Educação Infantil para os filhos da classe trabalhadora nos Planos Municipais de Educação do estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1763/1461>. Acesso em: 15 Jan 2025.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR, M. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2007, 192p.

MARQUEZ, C. G. **Educação da primeira infância e o Banco Mundial**. Disponível em <https://simposios.fe.ufg.br/p/16738-estado-e-politicas-educacionais-xviii-simposio-fe>. Acesso em: 18 Jan 2025.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, 2011. Expressão Popular. 1ª Edição

PENN, H. **Primeira Infância: a visão do Banco Mundial**. Tradução de Fulvia Rosenberg. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cp/a/kgZrFrcg5TTqhsCbZ8FWrwq/?lang=pt&format=pdf#:~:text=O%20Banco%20Mundial%20e%20outras,inf%C3%A2ncia%20%C3%A9%20a%20capacidade%20cerebral>. Acesso em 20 de Jan. 2025

PRESTES, Z.; TUNES, E. **Sete Aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da Pedologia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.